

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E SOBERANIA ALIMENTAR: OLHARES A PARTIR DA AGROECOLOGIA*

REFLECTIONS ON PEASANT EDUCATION AND FOOD SOVEREIGNTY: VIEWS FROM AGROECOLOGY

Viviane Camejo Pereira¹
Cleide Divino²

Resumo

O objetivo é analisar as contribuições da Educação do Campo para a promoção da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional a partir da Agroecologia. A metodologia envolveu a busca no Google Acadêmico pelas palavras-chave principais: “educação do campo” e “agroecologia” no título dos textos. Os tipos de textos mais recorrentes nos resultados foram artigos, trabalhos e resumos em Anais de eventos. Ao total, foram encontrados 133 textos, destes, após critérios de seleção como a inclusão das palavras-chave: soberania alimentar, segurança alimentar ou segurança alimentar e nutricional foram selecionados os 117 textos mais significativos. Verificou-se estreita relação entre a Educação do Campo e a Agroecologia verificada a partir do maior número de resultados encontrados. A ligação entre a Educação do Campo e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) nos textos se deu principalmente a partir das iniciativas de incorporação dos princípios da Agroecologia na Educação do Campo. A SSAN nem sempre foi o eixo central nos textos analisados, mas apareceu como consequência dos debates sobre Agroecologia. Nos textos, o debate sobre soberania alimentar tem sido considerado mais amplo do que sobre segurança alimentar e nutricional. Conclui-se que as práticas, políticas públicas e estudos no âmbito da Educação do Campo têm contribuído para as ações e discussões sobre Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional permeadas pela Agroecologia e pautadas por um projeto de Soberania Alimentar.

Palavras-chave: Escolas do campo; Alimento; Políticas públicas; Sustentabilidade; Agricultura.

Artigo Original: Recebido em 12/12/2024 – Aprovado em 05/07/2025 – Publicado em: 15/09/2025

¹ Bióloga, Mestra e Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, Paraná, Brasil. e-mail: vivianecamejop@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6614-8679> (autora correspondente)

² Licenciada em Educação do Campo - Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Paraná, Matinhos, Paraná, Brasil. Professora, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil. e-mail: cleidedivino840@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4480-1366>

* Apoio financeiro: bolsa de Iniciação Científica PIBIC/UFPR/Tesouro Nacional entre 2021-2022 e 2022-2023 e bolsa PIBIS/UFPR entre 2021-2022.

Abstract

This article aims to analyze the field education contributions to food sovereignty and food security and nutrition from the agroecology standpoint. The methodology included searching the Academic Google for the main keywords: “peasant education” and “agroecology” in the titles of the texts. The most recurring types of texts found were articles, research work, and abstracts in event proceedings. A hundred and thirty-three texts were found. Out of those, 117 were selected after the selection criteria were applied. We verified a close relationship between peasant education and agroecology considering the high number of search results. The link between food security, nutrition and sovereignty (SSAN) in the texts was mainly through initiatives that incorporated agroecology principles in peasant education. SSAN was not always the central theme of the texts analyzed, but it appeared as a consequence of the debates about agroecology. The texts revealed broader debates about food sovereignty than those about food security and nutrition. We concluded that practices, public policies, and studies addressing peasant education have contributed to actions and discussion about food sovereignty and food security and nutrition intertwined with agroecology and based on a food sovereignty project.

Keywords: Peasant schools; Food; Public policies; Sustainability; Agriculture.

1 Introdução

A motivação para a escrita deste artigo vem das reflexões proporcionadas pelo desenvolvimento da iniciação científica no âmbito de um projeto de pesquisa. O projeto tem como uma de suas questões de pesquisa: Como a Agroecologia e a Segurança Alimentar e Nutricional vêm sendo incorporadas na Educação do Campo? A motivação para esse estudo vem da realidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas cuja relação com a terra proporciona suas condições de existência. Acredita-se que as questões agrária, ambiental e alimentar entrelaçam-se na Educação do Campo como pano de fundo que orienta as relações entre as pessoas, entre elas o ambiente e a organização social. Essas relações precisam permear o ensino e, portanto, o currículo das escolas do campo e cursos de licenciatura que formam professores para atuar nas comunidades.

A Agroecologia alia aspectos produtivos relacionados à agricultura aos processos econômicos, socioambientais, culturais e políticos nos territórios. É também nesse sentido que a Agroecologia passa a compor a Educação do Campo (Caldart, 2021), com seus enfoques científico, prático e políticoⁱ (movimento). De acordo com Caldart (2012, p. 263) a Educação do Campo “Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território.” Os movimentos agroecológicos protagonizados por trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, pesquisadores, têm um papel importante no fortalecimento destas lutas. A segurança alimentar e nutricional pautada

pela soberania alimentar encontra na Agroecologia um campo propício para debates e ações que objetivam a produção de alimentos a partir da sustentabilidade em todas as suas dimensões, da busca por autonomia e do protagonismo dos sujeitos e de processos participativos equitativosⁱⁱ.

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições da Educação do Campo para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) a partir da Agroecologia. A metodologia envolveu a revisão bibliográfica de textos encontrados por meio da pesquisa por palavras-chave no Google Acadêmico. Além disso, as análises foram realizadas com base nos estudos do referencial teórico realizados no âmbito do projeto de pesquisa.

Organizou-se o artigo em seções. Na seção A Educação do Campo são apresentadas algumas características da educação do campo que se articulam com o tema deste trabalho. Em Agroecologia e a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional são apresentados os conceitos que estão sendo utilizados neste estudo. Na seção Metodologia apresentam-se os procedimentos realizados na elaboração do estudo. Os resultados demonstram algumas das articulações encontradas demonstrando diversas contribuições da Educação do Campo para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Nas considerações finais foram retomados os aspectos centrais do texto na tentativa de cumprimento do seu objetivo.

2 A Educação do Campo

A Educação do Campo origina do protagonismo dos movimentos sociais do campo, devido ao processo histórico de negação aos trabalhadores e trabalhadoras dos territórios do campo, das águas e das florestas do acesso à educação. Atualmente nomeia a mobilização das distintas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para garantia do acesso à educação pública (Caldart, 2021). Ela vem da luta dos povos do campo e passa a ser implementada a partir de políticas públicas como Pronera, Procampo e Pronacampo (Caldart, 2012). Está voltada para a construção de conhecimentos a partir do diálogo de saberes, da participação, da educação popular, do envolvimento dos sujeitos no seu processo educativo. Ela é uma educação construída a partir das demandas e especificidades de seus sujeitos. Sua origem vem de um sentido prático, mas também exige teoria que possibilite o rigor das análises da realidade concreta (Caldart, 2012).

A Educação do Campo orienta-se pela necessidade de uma educação que forme sujeitos que tenham os meios intelectuais necessários para protagonizar a transformação em seus territórios, para o enfrentamento às relações de exploração do ser humano e da natureza e para a sustentabilidade no campo, indo além da formação puramente técnica. Recebe a influência da Educação Politécnica que segundo Frigotto (2012b, p. 278) é um termo cunhado por Marx na tentativa de consolidar “[...] uma concepção de educação que, no conteúdo, no método e na forma de organizar-se, interessa à classe trabalhadora e não separa educação geral e específica e trabalho manual e intelectual” Sendo assim, ela busca romper com a dualidade trabalho intelectual e trabalho técnico e oferece aos educandos uma formação interdisciplinar a fim de que possam compreender e agir sobre sua realidade.

A ideia de transformação social incutida na Educação do Campo parte da educação para formação humana tendo em conta a Educação Politécnica, o Trabalho como Princípio Educativo - partindo de que as pessoas devem produzir “[...] seus meios de vida e não viver da expropriação do trabalho de seus semelhantes” (Frigotto, 2012b, p. 277) e a Educação Omnilateral. Esta última, parte de que a educação deve mobilizar todas as dimensões que fazem parte da existência humana como: “[...] sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (Frigotto, 2012a, p. 267). A Agroecologia oferece possibilidades de articulação entre a educação e o trabalho no campo e as bases para a implementação de um outro projeto produtivo, sendo fomentado pelos princípios da Educação do Campo.

3 Agroecologia e a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional

A Agroecologia está ligada aos povos originários e camponeses, uma vez que ela assegura e dá visibilidade à importância desses povos que estão conectados à natureza, de tal maneira que seria impossível bloquear ou impedir essa conexão (Guhur; Silva, 2021). A existência das florestas, do solo saudável, e da água em abundância em diversas regiões, se deve às pessoas que se preocupam com o seu bem-estar e o bem-estar das pessoas à sua volta, zelando pelos territórios com seus conhecimentos tradicionais, abertos a novos diálogos, a partir de conhecimentos diversificados que venham a somar. Na Agroecologia, os saberes dos agricultores e os saberes acadêmicos se somam. Os povos do campo, das águas e das florestas são muito importantes neste contexto.

Os enfoques científico, prático e político (Wezel *et al.*, 2009) da Agroecologia, evidenciam que ela tem sido desenvolvida a partir de suas diversas dimensões como a ética, a política, a social, a ecológica, a cultural e a estética imersas nas práticas dos movimentos sociais do campo e da cidade. O seu enfoque científico tem sido desenvolvido no âmbito da interdisciplinaridade e do diálogo de saberes.

A construção da Agroecologia não necessariamente inaugura uma nova forma de fazer agricultura, pois não parte apenas de descobertas científicas. Também não é apenas um resgate de práticas e conhecimentos tradicionais. Ela tem sido construída a partir do diálogo de saberes entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos científicos (Costa Gomes, 2003). Cada vez mais tem sido consolidada como outra forma de fazer agricultura, tendo em conta que nos territórios são desenvolvidas diversas formas de viver e de se compreender a natureza. No território, a agricultura tem múltiplas dimensões, atreladas aos modos de vida das diferentes culturas presentes no campo, nas águas e nas florestas. Esta outra forma parte do diálogo de saberes entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos tradicionais na construção de outros e novos saberes que contribuem para a sustentabilidade em todas as suas dimensões. A Agroecologia no Brasil também é construída a partir de perspectivas críticas à sociedade e alia-se à Educação do Campo na crítica aos efeitos da economia capitalista nos territórios.

A Agroecologia oferece um arcabouço metodológico para a compreensão dos agroecossistemas e dos princípios ecológicos envolvidos em seu funcionamento (Altieri, 2009). Parte-se da ideia de que os agroecossistemas devem imitar as dinâmicas dos ecossistemas locais (Altieri, 2012). Ela é essencial para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pois oferece as bases para as práticas de manejo da natureza na produção de alimentos.

De acordo com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) relaciona o direito e o acesso contínuo a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, com práticas alimentares sustentáveis. Ao mesmo tempo, promovam a saúde e “[...] respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006, Art. 3º). A Segurança Alimentar e Nutricional problematiza os processos de produção, de comercialização e de distribuição de alimentos que precisam ser saudáveis e adequados de acordo com a cultura respeitando o direito humano à alimentação adequada. A Soberania Alimentar trata-se do “[...] direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo” (Fórum Mundial

pela Soberania Alimentar, 2007). A Soberania Alimentar envolve muitos povos que estão em constante luta por terra, água e alimento. Ela parte de um princípio em que os povos tenham a autonomia de decidir e definir as políticas públicas sobre a produção, distribuição e consumo dos seus alimentos (Stedile; Carvalho, 2012).

4 Metodologia

Para a escrita deste artigo, primeiramente, foram realizados estudos no âmbito da Iniciação Científica vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo. A partir dos estudos, como forma de prospectar as relações entre a Educação do campo, a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional e a Agroecologia foi realizada a pesquisa no Google Acadêmico. A análise da produção acadêmica contribui para a compreensão sobre como a academia tem tratado o assunto a partir de pesquisas sobre as realidades dos diferentes territórios e dos conceitos e problematizações que tem realizado.

Na realização da busca avançada, ferramenta da plataforma, incluiu-se no item “com todas as palavras” a palavra “agroecologia” sendo esta a primeira palavra-chave. Na opção “com a frase exata” inclui-se a palavra-chave “educação do campo”, e assim sucessivamente, com as demais palavras-chave, mantendo a palavra-chave “educação do campo” no item “com frase exata”. Foram selecionados os textos que continham as duas palavras-chave “educação do campo” e também “agroecologia” no título do artigo como forma de filtrar os textos obedecendo o objetivo do artigo. A escolha destas palavras-chave também partiu dos estudos prévios realizados no âmbito do projeto e do referencial teórico que já apontava que a relação entre Educação do Campo e a SSAN vinha sendo estabelecido nos textos principalmente pela relação da Educação do Campo com a Agroecologia.

Houve a tentativa de relacionar diretamente as palavras-chave: “educação do campo”; “soberania alimentar” e essa busca obteve apenas 3 resultados. Já a busca pelos termos “educação do campo”; “segurança alimentar e nutricional” ou “segurança alimentar” não encontrou nenhum resultadoⁱⁱⁱ. A partir disso, optou-se também por incluir mais palavras-chave relacionando “educação do campo” com a “alimentação escolar” sem resultados e “educação do campo” e “alimentação saudável”, porém também sem resultados.

A busca foi realizada em março de 2023 sem incluir citações e apenas no título do artigo. Também não houve a definição de um período específico a fim de envolver o maior número de produções acadêmicas. Optou-se por essa base de dados porque além de artigos

científicos, o Google Acadêmico exibiu trabalhos e resumos em Anais de eventos científicos, capítulos de livros, livros completos, trabalhos acadêmicos como trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações e teses.

Como forma de realizar uma triagem dos textos encontrados a partir das palavras-chave “agroecologia”; “educação do campo”, após a análise bibliométrica, foi buscado em cada um dos documentos encontrados, com o auxílio da ferramenta buscar do software, as palavras-chave “soberania alimentar”; “segurança alimentar e nutricional” excluídas as ocorrências apenas nas referências bibliográficas. Para análise dos textos, priorizou-se aqueles textos que continham os termos “soberania alimentar” e “segurança alimentar e nutricional” ou “segurança alimentar” concomitantemente ou pelo menos um dos termos.

Os textos encontrados foram organizados em uma planilha destacando o título do texto, referência bibliográfica, tema do texto, inclusão ou não das seguintes palavras-chaves no texto: soberania alimentar, segurança alimentar ou segurança alimentar e nutricional; trechos dos textos em que se encontravam as palavras-chave, forma de divulgação do texto e tipo de publicação, local de publicação, estado e região do Brasil. No caso dos artigos foi incluído o Qualis quadriênio 2017-2020 das revistas. A escolha sobre quais informações incluir na análise bibliométrica teve como base Netto e Schultz (2017).

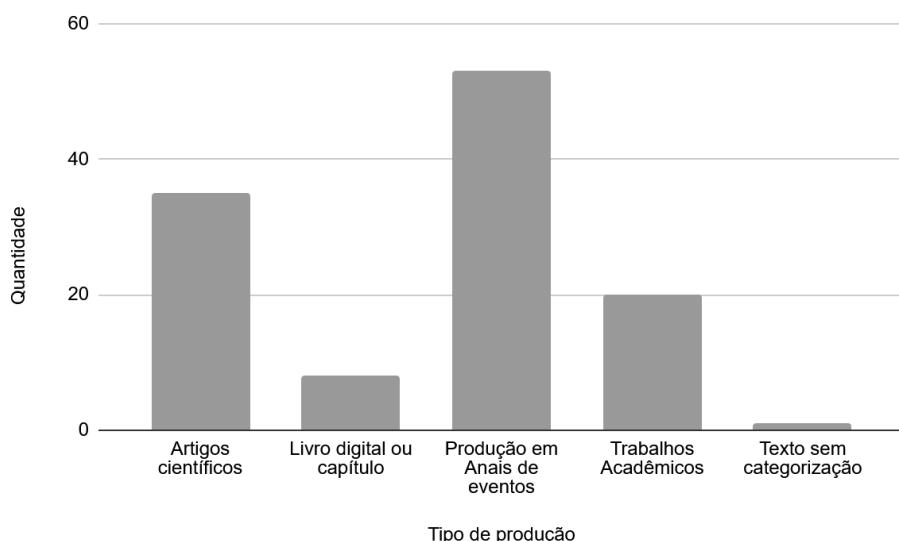
5 Resultados e discussão

A busca pelas palavras-chave "agroecologia"; "educação do campo" apresentou 133 resultados. Dos 133 resultados foram analisados 117 textos. A busca pelas palavras-chave “soberania alimentar” e “segurança alimentar e nutricional” nos 117 textos selecionados indicou que 30 textos incluíam o termo segurança alimentar ou segurança alimentar e nutricional e 41 deles incluíam o termo soberania alimentar e 20 textos contendo os dois termos.

Os três textos que trouxeram as palavras-chave “soberania alimentar” e “educação do campo” no título do documento tratavam-se de trabalhos publicados em Anais de congressos de Agroecologia, sendo dois publicados na região centro-oeste e um na região nordeste. Os principais temas dos textos foram: a necessidade de que a Educação do Campo seja condizente com o modo de vida camponês "a educação do campo praticada em consonância às práticas agroecológicas pode vir a promover questões sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais que respeitam e valorizam o modo de vida camponês" (Silva; Campos, 2020, p. 1) e a importância da participação dos jovens nas práticas agroecológicas.

Dos 117 textos selecionados para análise, 35 são artigos científicos; 8 são livros (e-book) ou capítulos de livros; 53 são artigos e resumos publicados em Anais de eventos e 20 são trabalhos acadêmicos como trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações e teses, não foi possível identificar o tipo de texto em um dos trabalhos (FIGURA 1):

FIGURA 1 - TIPO DE PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA E QUANTIDADE

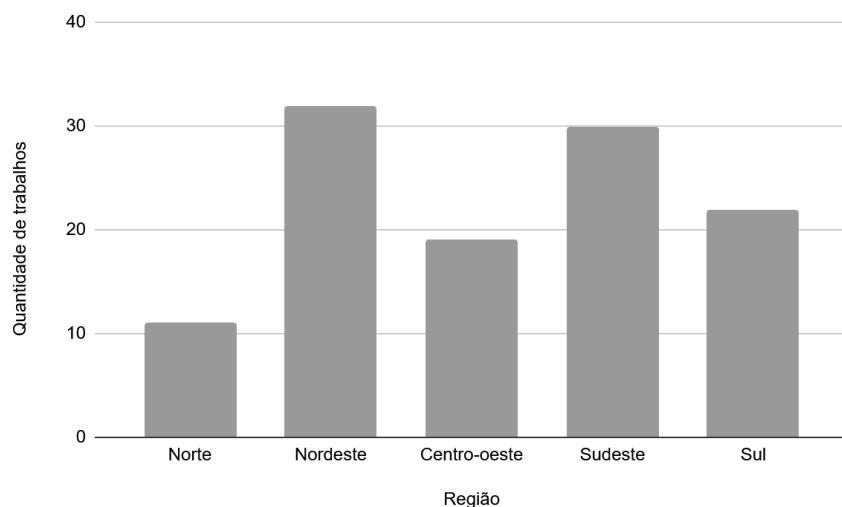


FONTE: Elaborado pelas autoras (2025).

Os documentos acadêmicos encontrados foram publicados nas seguintes regiões: 11 na região norte, 32 na região nordeste, 19 na região centro-oeste, 30 na região sudeste, 22 na região sul totalizando 114 produções. (FIGURA 2). Não foi possível identificar a região de um dos trabalhos e dois tratavam-se de publicações em Anais de congresso ocorrido na Argentina.

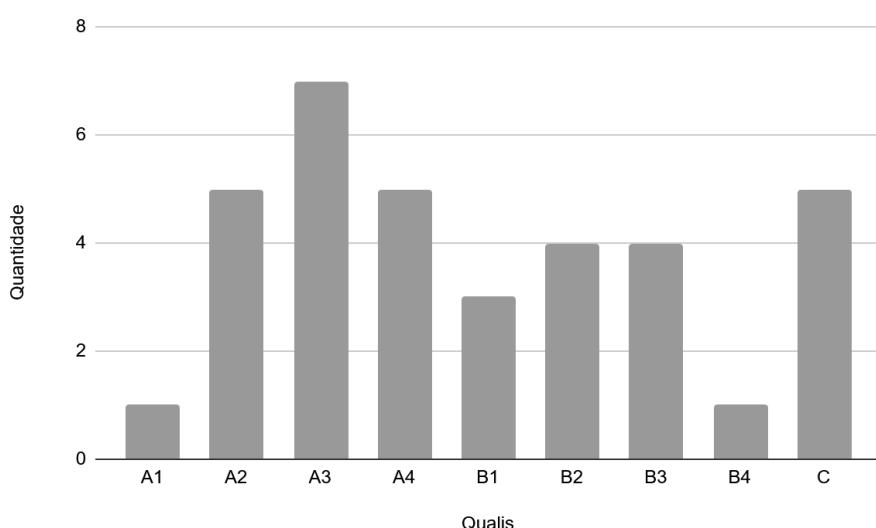
Em relação ao Qualis Capes Quadriênio 2017-2020 das revistas dos 35 artigos encontrados a partir da busca pelas palavras-chave "educação do campo"; "agroecologia", 7 deles é Qualis A3, seguido de 5 Qualis A2; 5 Qualis A4; 5 estavam classificados como Qualis C; 4 Qualis B2; 4 Qualis B3; 3 Qualis B1; 1 Qualis A1 e 1 Qualis B4 (FIGURA 3).

FIGURA 2 - QUANTIDADE DE TRABALHOS ENCONTRADOS POR REGIÃO



FONTE: Elaborado pelas autoras (2025).

FIGURA 3 - QUANTIDADE DE ARTIGOS POR QUALIS DAS REVISTAS CIENTÍFICAS



FONTE: Elaborado pelas autoras (2025).

Em relação aos 53 artigos e resumos publicados em Anais de eventos, a grande maioria deles, 29, são documentos em Anais de congressos de Agroecologia da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e SOCLA (Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia realizado em La Plata, Argentina em 2015. Dos documentos, 15 foram publicados nos Anais do congresso ocorrido em São Cristóvão em Sergipe em 2019, 8 foram publicados nos Anais do congresso de agroecologia ocorrido em Brasília (DF) em 2017, 3 nos Anais do congresso de agroecologia ocorrido em Belém (PA) em 2015 e 1 nos Anais do congresso de agroecologia ocorrido em Porto Alegre em 2013.

6 As relações entre a Educação do Campo e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional a partir da Agroecologia

A partir dos resultados da pesquisa infere-se a estreita relação entre a Educação do Campo e a Agroecologia verificada a partir do maior número de resultados encontrados com as palavras-chave “agroecologia” e “educação do campo”. Apesar das poucas ocorrências de textos com as palavras-chave: soberania alimentar e segurança alimentar/segurança alimentar e nutricional no título dos textos, infere-se também a ligação entre a Educação do Campo e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) principalmente a partir das iniciativas de incorporação dos princípios da Agroecologia na Educação do Campo. Isso porque dos 117 textos selecionados para análise, 20 deles trazem no corpo do texto os termos Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional ou Segurança Alimentar concomitantemente.

Infere-se assim que a SSAN nem sempre foi o eixo central nos textos analisados sobre Educação do Campo, mas seguidamente surge como consequência dos debates sobre Agroecologia. As práticas e tecnologias em Agroecologia ao redor do mundo contribuem para a segurança alimentar em diferentes níveis seja local, regional ou nacional (Altieri, 2010). Sendo assim, ao incorporar a Agroecologia, por exemplo, no currículo das escolas do campo e cursos de formação de professores em Educação do Campo também se poderia estar incorporando o debate sobre SSAN, porém isso poderia ficar mais evidente.

Os textos indicam que há diversas experiências no âmbito da Educação do Campo com variadas formas de incorporar os princípios da Agroecologia, seja na orientação de experiências não formais em educação, seja no currículo, nesse caso mais voltado ao ensino de ciências da natureza. Os princípios da Agroecologia procuram fortalecer a identidade camponesa a partir de sua integração nos processos educacionais por meio da sustentabilidade e segurança alimentar (Miranda; Kozel, 2011). Da mesma forma, também há experiências em Agroecologia em que se está realizando o processo de incorporação dos princípios da Educação do Campo. Na concepção de Pitt e Schenato (2021) a Educação do Campo é uma prática social “[...] que confronta as condições sociais que a produzem.” Ela valoriza a diversidade dos sujeitos envolvidos, é também resultado da luta por políticas públicas “[...] para uma educação específica, efetiva, de qualidade e com direito a universalização e pela educação mesclada com a reforma agrária, direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território.” (Pitt; Schenato, 2021, p. 702).

A Agroecologia e a Educação do Campo são espaços de ação, mas também de reivindicação. Nestes espaços, os processos de “[...] lutas ocorrem em diferentes coletivos e espaços de mobilização, em defesa da educação, da saúde, do meio ambiente e da soberania alimentar, entre outros direitos da população” (Lima; Carvalho; Lima, 2022, p. 583). As pautas do movimento agroecológico, como a defesa da agrobiodiversidade entre outras lutas também são compartilhadas pela Educação do Campo. Ambos os espaços fazem frente a resistência camponesa que mesmo em contextos desfavoráveis continuam reivindicando e mantendo suas práticas buscando a transformação da sua realidade. No âmbito dos movimentos sociais, para Lima (2018, p. 105) a Via Campesina tem uma visão ampliada da Agroecologia, “tornando-a parte integrante da luta por soberania territorial, alimentar e energética, concebendo-a como parte de uma estratégia da luta de classes”.

A complexidade, a perspectiva holística, a interdisciplinaridade, a abordagem sistêmica, a valorização dos conhecimentos dos agricultores e o diálogo de saberes são aspectos essenciais na construção dos conhecimentos agroecológicos na Educação do Campo. A união entre a Educação do Campo e a Agroecologia no regime de alternância, na perspectiva de um projeto de educação crítica para transformação da sociedade, contribuem para formação técnica, mas também política dos estudantes. Para Siqueira, Antunes-Rocha e Ribeiro (2020, p. 216) “Projetos educacionais que vinculem a soberania alimentar, a justiça social, o enfrentamento aos pacotes tecnológicos e o fortalecimento da organicidade dos trabalhadores instrumentalizam os estudantes no enfrentamento e nas lutas futuras”. A dimensão política como o envolvimento e a participação dos movimentos sociais na construção e orientação política da Educação do Campo, assim como a constante luta por políticas públicas para que haja as condições objetivas para sua realização, são também elementos integradores entre a Educação do Campo e a Agroecologia.

Para Lima e Caetano (2020) também é preciso promover a Agroecologia como uma das formas de garantir a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional. A produção proveniente da agricultura familiar tem um papel importante na segurança alimentar e nutricional (Kusniewski, 2018).

A interação entre os princípios da Educação do Campo e Agroecologia propiciam a construção de projetos de desenvolvimento territorial para a segurança alimentar. Para Saldanha, Antongiovanni e Scarim (2009, p. 152):

[...] educação e agroecologia – vão se imbricando e apontam para a possibilidade de projetos de desenvolvimento territorial com base em princípios que almejam a segurança alimentar, autonomia econômica, a busca da preservação ambiental e da independência dos insumos químicos, a defesa da água como um direito e não uma mercadoria, a terra como um direito.

Sendo assim, projetos de desenvolvimento territorial pautados pela sustentabilidade, que pretendem promover a segurança alimentar e nutricional e contribuir para a Soberania Alimentar, precisam fomentar a Educação do Campo e a Agroecologia.

O debate sobre Soberania Alimentar deve fazer parte de um projeto maior de sociedade. As políticas públicas são importantes para os processos de busca pela Soberania Alimentar, com iniciativas que fortaleçam os sistemas locais de produção, de abastecimento, geração de renda e economia solidária, incentivos para a transição agroecológica visando maior autonomia no âmbito da produção também em relação ao consumo de alimentos. Políticas públicas como o Pronera, por exemplo, contribuem para a "[...] consolidação produtiva nos assentamentos em todo o Brasil, com base na Agroecologia e na soberania alimentar." (Santos; Michelotti; Souza, 2010, p. 9). A Agroecologia é base da agricultura camponesa em que a produção agrícola de base ecológica vincula-se com diversas lutas como a Soberania Alimentar (Caldart, 2017).

É principalmente em relação à dimensão política, enquanto política pública, que a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional foram trazidas nos textos. Essa interpretação remete a Stedile e Carvalho (2012) em que o debate sobre SSAN localiza-se no âmbito das políticas públicas. Para Stedile e Carvalho (2012, p. 717) a Soberania Alimentar teria uma perspectiva política mais ampla que a segurança alimentar: "[...] pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos". Os movimentos sociais do campo reivindicam o conceito de Soberania Alimentar como alternativa às ideias neoliberais que se utilizam de um “comércio internacional injusto” para prover soluções sobre a questão da alimentação no mundo” (Altieri, 2010, p. 30). Para Bezerra (2021) a Soberania Alimentar surgiu a partir do enfrentamento às políticas neoliberais, em que predomina as decisões das grandes corporações alimentares que impõem aos países medidas que acabam fragilizando e em muitos casos acabando com a autossuficiência alimentar dos povos.

De acordo com Kuhn (2013) a Soberania Alimentar dos povos é afetada pela expansão do capital na agricultura, provocando um processo de “[...] desnacionalização do campo, que se dá pelo domínio de grandes grupos transnacionais, onde estão imbricados a indústria, o

comércio e o capital financeiro, além da crescente compra de terras e controle sobre a água dos estados nacionais” (Kuhn, 2013, p. 18). Sendo assim, a partir de Kuhn (2013) infere-se que a Soberania Alimentar é um projeto que extrapola o nível nacional e passa a envolver a relação do país com organizações internacionais e impacta diretamente a lógica das empresas multinacionais.

Camacho (2016) também corrobora a ideia de que o agronegócio pode vir a ser favorável à Segurança Alimentar, mas jamais seria em relação à Soberania Alimentar já que a sua lógica é contrária a ela. A pesquisa demonstrou que há um maior número de textos que trazem o termo Soberania Alimentar em relação ao número de textos que trazem o termo Segurança Alimentar ou Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, infere-se que o debate sobre Soberania Alimentar é predominante em relação à Segurança Alimentar e Nutricional.

O discurso capitalista promete acabar com a fome e em termos recentes garantir a segurança alimentar, porém, além de não cumprir estes aspectos, prejudica a Soberania Alimentar dos povos (Caldart, 2017). Nesse sentido, Camacho afirma que “A Soberania Alimentar é uma alternativa para a segurança alimentar” (Camacho, 2016, p. 4). Porém, entende-se que a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional não são campos conflitantes. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está subordinada ao direito humano à alimentação adequada (DHAA) e à Soberania Alimentar (Maluf, 2007). Justamente a vinculação a estes princípios a diferencia da ideia de segurança alimentar sustentada pelo agronegócio (Maluf, 2007).

A compreensão de que a SAN está vinculada a um direito humano reforça a necessidade da intervenção do Estado para a garantia da alimentação como um direito humano conforme o Art. 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos em que “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação [...]” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948) e o Art. 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988) em que a alimentação é um dos direitos sociais dos brasileiros.

Entende-se que os termos também podem ser apropriados e distorcidos, sendo utilizados para nomear diferentes práticas que nem sempre são coerentes com seu sentido original ou com o processo histórico que o originou. Vincular a Educação do Campo à Agroecologia e por sua vez a SSAN por meio de práticas, estudos, políticas públicas e ações dos movimentos sociais é fazer resistência. Conforme Caldart (2017, p. 308) “[...] a

agroecologia entrou na mira do capital”. Sendo assim, os termos podem ser utilizados em diferentes contextos e a partir das diferentes lógicas e interesses dos sujeitos e organizações que os utilizam.

7 Considerações finais

Este texto teve por objetivo analisar as contribuições da Educação do Campo para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) a partir da Agroecologia. A partir dos resultados pode-se inferir que na Educação do Campo, a Agroecologia, a Soberania Alimentar, a Segurança Alimentar e Nutricional ou apenas Segurança Alimentar como foi trazido o termo em alguns textos, são campos interligados. Apesar disso, os termos não parecem estar sendo tratados com a profundidade e a amplitude que poderiam ter, o que demonstra a necessidade e a importância de que fossem mais dialogados no âmbito escolar e nas comunidades. As comunidades do campo, das águas e das florestas precisam dialogar e entender esses conceitos uma vez que já vivenciam cada um deles no seu dia a dia. Estes conceitos precisam transcender o espaço acadêmico para se tornarem parte dos debates e dos argumentos das comunidades nos processos de construção e de reivindicação por melhores condições de vida.

A escola do campo e os educadores têm um papel fundamental na abordagem desses conceitos nas comunidades. Os estudantes devem conhecer o objetivo e a importância da Agroecologia e da vinculação dela com a Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional já no início da vida escolar para que se torne algo relevante e conhecido no decorrer da sua trajetória escolar. A Educação do Campo permite vincular a Ciência às dimensões da realidade dos sujeitos, tornando as problemáticas cotidianas o foco de diálogos interdisciplinares.

Espera-se que os temas trazidos neste texto possam instigar mais pesquisadores a aprofundarem seus conhecimentos sobre o tema e a reforçar a necessidade e a importância da Agroecologia e da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional dentro da comunidade e principalmente do vínculo escolar ligado diretamente às escolas do campo.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/UFPR/Tesouro Nacional pela bolsa de Iniciação Científica concedida ao projeto nos períodos 2021 -2022 e 2022-2023.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, ano 13, n. 16, pp. 22-32, 2010. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- BEZERRA, I. Soberania e segurança alimentar e nutricional. In: DIAS, A. P. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 713-719. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- CALDART, R. S. Educação do Campo e Agroecologia. In: DIAS, A. P. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 355-361. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
- CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>
- CALDART, R. S. Trabalho, agroecologia e educação política nas escolas do campo. In: PIRES, J. H.; NOVAES, H. T.; LOPES, J. A; MAZIN, A. D. (Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, vol. III. São Paulo: Outras Expressões, 2017. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_henrique_flash
- CAMACHO, R. S. Educação do Campo e Soberania Alimentar Camponesa. AGROECOL., 2016., Dourados. **Anais** [...] Dourados: AGROECOL, 2016. Disponível em: <https://www.cpaobr.org.br/cds/agroecol2016/PDF's/Trabalhos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo%20e%20Soberania%20Alimentar%20Camponesa.pdf>

COSTA GOMES, J. C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná –Educação a Distância, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. UNICEF Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni, Mali, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/>

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

FRIGOTTO, G. Educação Politécnica. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

GUHUR, D.; SILVA, N. R. Agroecologia. In: DIAS, A. P. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 59-72. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf

KUHN, A. **Educação do campo e Ensino Médio em Agroecologia**: estudo de caso da Escola 25 de Maio, Fraiburgo/SC. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10414>

KUSNIEWSKI, F. P. P. **Agroecologia e educação do campo: meios de promover a permanência do jovem no campo?** Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1966>

LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf

LIMA, I. M. S.; CARVALHO, C. X.; LIMA, A. S. Formação continuada em educação do campo: interfaces com a agroecologia e com a educação matemática crítica. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 580–597, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i2.72161.

LIMA, S. L. S. Agroecologia e Práticas Pedagógicas na Educação do Campo. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, 2018. DOI: 10.22481/praxis.v13i26.2822.

LIMA, V. C. S.; CAETANO, R. C. Agroecologia e Educação do Campo: um estudo de caso da Escola Família Agrícola de Jacaré, Itinga (MG). **Rev. Cienc. Educ.**, Americana, ano XXII, n. 46, p. 65-86, 2020. Disponível em: <https://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/63>

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIRANDA, D. J. P.; KOZEL, S. T. Agroecologia, saberes locais e geografia cultural: representações simbólicas do território da Educação do Campo geografizadas pela proposta educacional da Casa Familiar Rural de Pe. Haruo Sasaki no município de Sapopema (PR). **Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 5, n. 2, 2011.** DOI <https://doi.org/10.5216/ag.v5i2.15514>

NETTO, D.; SCHULTZ, G. Educação do campo: uma revisão sistemática. **Rev. Educ., Cult. Soc.**, Sinop/MT/Brasil, v. 7, n. 2, p. 489-503, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8233>

PITT, T. P. T.; SCHENATO, V. C. Educação do Campo em Canoinhas- SC: uma abordagem empírica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E MEMÓRIA E II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO IFRN CAMPUS IPANGUAÇU, 1., 2021, Ipanguaçu. **Anais** [...] Natal: IFRN, 2021. p. 693-704. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2141>

SALDANHA, J. C.; ANTONGIOVANNI, L.; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos da educação do campo e da agroecologia no norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SANTOS, C.; MICHELOTTI, F.; SOUSA, R. Educação do campo, agroecologia e protagonismo social: a experiência do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 7-11, 2010. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2013/04/Agriculturas_V7N4_DEZ2010.pdf

SANTOS, A. A. M. T. dos; REDIN, C.; AYALA DURÁN, C. E. A.; MACHADO, D. C. M.; ZÚÑIGA ESCOBAR, M.; PRINTES, R. B.; FERNANDEZ, S. M.; DAL SOGLIO, F. K. Segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade. In: SOGLIO, F. D.; KUBO, R. R. (Org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/163891>

SILVA, D. P. V.; CAMPOS, L. G. Práticas agroecológicas e tempo comunidade: a educação do campo na disseminação da soberania alimentar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3826>

SIQUEIRA, L. M.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIBEIRO, L. P. Agroecologia no Contexto da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 3, n. 4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31997>

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agron. Sustain. Dev.**, v. 29, 2009. DOI: 10.1051/agro/2009004

ⁱ A Agroecologia como movimento, ciência e prática foi sistematizada por Wezel et al. (2009).

ⁱⁱ Neste estudo, entende-se como processos participativos equitativos aqueles que permitem a participação das pessoas criando possibilidades de participação de acordo com as suas necessidades e especificidades.

ⁱⁱⁱ Alguns textos usam o termo: segurança alimentar, porém, entende-se que em diversos casos poderia ser substituído pelo termo: segurança alimentar e nutricional. A inserção do termo ‘nutricional’ em Segurança Alimentar e Nutricional ganhou força nos anos de 1990. (Santos et al., 2017; Leão, 2013).